

Produtos Florestais Não-Madeiráveis (PFNMs) da Amazônia: uma visão autóctone da cadeia-rede da castanha-da-amazônia no estado de Rondônia.

Theophilo Alves de Souza Filho

Doutor. Professor Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD) da Universidade Federal de Rondônia. theophilo@unir.br

Eugênio Ávila Pedrosa

Doutor. Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS

Mariluce Paes-de-Souza

Doutora. Professora Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD) da Universidade Federal de Rondônia. Coordenadora do CEDSA/UNIR

Resumo

Produtos florestais não-madeiráveis (PFNMs) da Amazônia têm sido indicados por pesquisas como alternativa para a exploração sustentável. A castanha-da-amazônia ou do Brasil, um dos PFNMs mais conhecidos tem demanda no mercado nacional e internacional, entretanto tem-se observado pouco conhecimento sistemático sobre o produto em Rondônia e em outras regiões produtoras. Poucos são os dados de produção, beneficiamento e formas de comercialização disponíveis, assim como quem se apropria da agregação de valor à produção. Identificar e geofeneciar as principais áreas de produção, caracterizar os atores envolvidos e as transações na cadeia-rede e o processo produtivo é o que motivou esta pesquisa. Os dados empíricos foram obtidos em levantamento em comunidades que extraem o produto utilizando um formulário com perguntas estruturadas e observação participante do ambiente. Resultados parciais apontam um cenário da existência de uma incipiente cadeia-rede de produção da castanha-da-amazônia, semelhante à praticada no início do século XX. Um mercado comprador centralizado em um reduzido número de beneficiadores e exportadores, transporte primitivos em bolsas de “cipó titica” nas costas do extrator e barcos de madeira acionados à remo ou pequenos motores, são usados como meio de transporte do produto. Entretanto, desde o início do novo milênio, um fato novo surgiu no mercado; o fluxo do comércio da castanha se inverteu, em vez de descer os rios e suprir as indústrias instaladas em Manaus e Belém, passou a subir em direção as cabeceiras dos mesmos, aportando o produto nos territórios amazônicos da Bolívia e do Peru.

Palavras-chave: Cadeia-Rede. Sustentabilidade. Produtos Florestais. Castanha-da-amazônia,

1 Introdução

A Amazônia desde o início da ocupação pelos europeus da Península Ibérica tem despertado interesse de outras nações pela posse e domínio do território, ao mesmo tempo, um sentimento de impotência limitada, domina os países detentores da posse de direito em

exercer esse domínio. Parecer ser unânime existência de uma consciência coletiva da existência de grandes tesouros ocultos em seu manto verde, desde o início, passando pelas lendárias minas de balsamão e urucumacuã onde templos e o piso das vias eram revestidos de um metal dourado e tribos de mulheres guerreiras governavam grande parte do território. Hoje a percepção mundial volta-se para outros tesouros existentes representados pelas espécies vegetais e seres vivos com propriedades capazes de curar todos os males da humanidade e outras aplicações industriais e econômicas.

Sabedores do potencial existente na região portugueses e depois os brasileiros, ao logo dos 300 anos seguintes ao descobrimento, implementaram estratégias para ocupar e integrar parte da Amazônia ao território brasileiro, e isso não foi e nem tem sido fácil. Quando se analisa o esforço empregado por Portugal, onde todo um aparato de estratégia militar e logística foi empregado para construir uma rede de fortificações, por todos os limites ocupados que asseguraram o domínio dessas áreas. Estrutura essa que surpreende ainda hoje o meio intelectual e político mundial. A luta atual pelo domínio da região reside em manter sob a égide brasileira os recursos hidráulicos e mananciais de água doce, recursos florestas e minerais para serem usados pelas gerações atuais e futuras dos brasileiros e não por outras potências econômicas e militares da atualidade que utilizam de muitos artifícios e intervêm nas estratégias de ocupação nacional no território Amazônico brasileiro, camufladas em várias instituições e respaldadas pela mídia mundial.

O Brasil, apesar de todas as ações implementadas por agentes externos aos interesses nacionais visando seu domínio, hora implícita ora explícita contra as medidas brasileiras, vem operacionalizando e consolidando a ocupação por meio de diversas ações. Após as bandeiras, iniciadas nos séculos XVII e XVIII surgiram vários ciclos extrativistas que de uma maneira ou de outra propiciaram o processo de ocupação do “sertão” amazônico brasileiro. Contingente de brasileiros em busca de riqueza e prestígio na segunda metade do século XIX e durante todos os cem anos passados do século XX propiciaram um processo de ocupação manso e pacífico, onde produto da floresta como das árvores produtoras de borracha, associadas às produtoras de castanha, do óleo de pau-rosa e da copaíba foram os maiores responsáveis pelo interesse dos empreendedores pioneiros na ocupação e domínio da região na atualidade.

As estratégias de ocupação foram sazonais e precárias. A floresta era a fonte de riqueza e de subsistência, os rios as vias de acesso as regiões extrativas e possessões

territoriais e por eles a escoação da produção. Toda produção excedente tinha como destino o mercado exterior, pois não havia um mercado consumidor local para os produtos extrativistas.

A partir da segunda metade do século XX, com a abertura de vias terrestres de penetração realizadas pelo Governo Central, um novo tipo de ocupação ocorreu, feito por indivíduos dotados de uma racionalidade diferente dos antigos ocupantes da região. Esses novos indivíduos passaram a ocupar e atuar pela lógica do mercado as terras da Amazônia, antes exploradas minimamente. Esse modelo de exploração da terra visava produzir alimentos para um mercado interno em consolidação, gerando necessariamente excedentes. Para isso, esse novo explorador tinha que seguir o modelo adotado pela indústria canavieira no Nordeste e na produção de café no Centro Sul do País. Tinha, para isso, suprimir a cobertura vegetal primária existente. A maneira mais eficiente e barata para fazê-lo foi a utilizada pelos índios e caboclos da região - o fogo. Essa tecnologia e limpeza do terreno para a agricultura irradiou-se do Leste para o Oeste. Rondônia passou por esse processo a partir dos anos de 1970. Antes, na fase extrativista, o desmatamento era mínimo. Nas áreas dos seringais que sobrevivem ainda hoje na Amazônia, há vestígios de frações mínimas de desmatamento. Na atualidade, a ação humana na região tende a penetrar todos os recantos do território. A lógica da ocupação e domínio de terra na Amazônia ainda é o desmatamento. O “respeito legal” pelo domínio da propriedade só é reconhecido se ocorrer o desmatamento, o plantio de capim e o “cercamento” da área ocupada.

Para mudar essa cultura, o governo vem desenvolvendo várias ações no sentido de reduzir a força do homem em busca da acumulação de mais terras e poder. Reservas de preservação permanente, áreas indígenas e de populações tradicionais foram criadas, instituídas ilhas de florestas primárias somadas as áreas de preservação permanente e de proteção (como as matas ciliares ao longo dos corpos d’água) nas propriedades privadas. Felizmente, em áreas de florestas preservadas ainda subsiste uma economia extrativista marginalizada sem registros nos números oficiais, nas áreas objeto dessa pesquisa. Essa economia marginal é movida pela necessidade de consumo dos descendentes de populações caboclas e indígenas que habitam essas florestas e por uma população urbana marginal que param às bordas dos núcleos urbanos das capitais regionais dos municípios no interior do Estado, população essa que migrantes dos antigos seringais e castanhais.

Às margens das rodovias, substituíram os rios e os viajantes adquirem produtos da floresta, sendo as transações realizadas na maioria das vezes praticadas da mesma forma dos seus ancestrais. Os produtos *in naturas*, com baixos níveis de agregação de valor e utilização de tecnologias. Entre estes produtos, os mais encontrados estão o açaí nativo, a castanha-da-amazônia, óleo da copaíba, sementes do guaraná e da andiroba, mel de abelhas silvestres, entre outros.

Há indícios que somente a produção da castanha-da-amazônia chega a mais de 1.000 toneladas por safra, em Rondônia. Todos os anos, as amêndoas são colhidas e comercializadas. Entretanto, poucos são os registros oficiais sobre os coletores e sobre a produção, bem como a comercialização e geração de receita aos extrativistas e por decorrências aos municípios e ao Estado da produção desses produtos, bem como a tecnologia utilizada no manejo da extração e processamento dos produtos.

1.1 Novas Estratégias de Construção da Ocupação da Amazônia

No início de junho de 2009, o Governo Federal, criou por decreto um Programa de Manejo Florestal Comunitário para o biênio 2009/2010. O programa visava beneficiar povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares que tiram sua subsistência das florestas. Deveria proporcionar ao final do programa o fortalecimento da identidade das populações tradicionais; a valorização cultural; atender a toda cadeia de produção; e, ter apoio ao escoamento da produção.

O surgimento do Programa foi em decorrência de demandas das comunidades que se mobilizaram em um congresso internacional realizado no Estado do Acre em 2007 para pedir a Brasil uma política específica para o setor, onde ficou constatado que comunidades extrativistas enfrentam obstáculos que vão desde a baixa articulação social, passando pela falta de crédito para comprar equipamentos, até dificuldades na aprovação de planos de manejo obrigatórios para a exploração econômica dos recursos madeireiros pelas comunidades. O propósito do programa era agir nesses gargalos. O público a ser atingido abrangia: comunidades que vivem em florestas públicas de uso comunitário que são prioritários e outras como comunidades quilombolas, indígenas, extrativistas e agricultores familiares assentados pelo Governo Federal.

Tratando-se de produtos com poucas possibilidades para se diferenciar da massa dos produtos de baixo valor agregado, as comunidades caboclas e indígenas e os produtores familiares organizados em grupos ou em comunidades, associados ou em trabalhos cooperativos enfrentam o desafio da concorrência global de produtos altamente competitivos em termos de custos, qualidade e entrega (CRUZ, 2007). A superação desse desafio requer inovações em termos de produtos, processos, mercados, insumos, informações e formas organizacionais. Nesta cadeia-rede, o desenvolvimento sustentável tem sido o elemento de superação desse desafio, caracterizando-se como um elemento central para a comercialização dos produtos pelos agentes da mesma.

Resta, no entanto, melhor compreender as estratégias adotadas pelo agente extrator, primeiro ator na cadeia-rede, as informações disponíveis, como se organizam, articulam para a coleta, comercialização e beneficiamento da castanha-da-amazônia em Rondônia, tendo em vista a sazonalidade da produção e a dependência do ciclo da natureza e a inserção da produção no mercado nacional e internacional.

Desta maneira, a questão que orientou os esforços deste projeto de pesquisa foi compreender as estratégias adotadas pelos extratores, considerando a informação para a tomada de decisão na transação da castanha-da-amazônia extraída das áreas de florestas de Rondônia, bem como a gestão da cadeia-rede no primeiro elo, descrever como os agentes se articulam, a forma de organização para a coleta e comercialização, bem como mapear o destino do produto às unidades de beneficiamento das amêndoas com vista aos mercados consumidores. Por outro lado, as discussões e as ações em torno do desenvolvimento econômico e social sustentável das comunidades tradicionais, que exploram esse produto e outros, têm nos últimos anos, migrado de uma abordagem macro para uma análise setorizada que privilegia o local inserido no contexto global.

Esta questão da pesquisa buscou dar conta da crescente preocupação com a relevância das pesquisas acadêmicas na área de ciências sociais aplicadas que muitas vezes, tendem a ser básicas demais, sem aplicação prática de curto ou médio prazo ou, por outro lado aplicadas demais, sem maior rigor científico, ou, na pior das hipóteses nem básicas nem aplicadas (VERMEULEN, 2007).

Com a finalidade de fazer uma contribuição científica relevante e prática, esta questão de pesquisa visa ir além da descrição e análise do *status quo* para gerar proposições que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades que

vivem em florestas públicas de uso comunitário ou em seu entorno como as comunidades caboclas extrativistas e de agricultores familiares assentados pelo Governo Federal em Rondônia. O objetivo central foi georeferenciar as áreas de produção, descrever e analisar as informações e as estratégias na tomada de decisão dos agentes envolvidos no primeiro elo do processo produtivo para comercialização da produção, assim como, conceber a cadeia-rede da castanha-da-amazônia em Rondônia.

Para atender o objetivo maior foram definidos alguns objetivos específicos que estão sendo perseguidos e alguns já concluídos, como seguem: a) identificar as principais áreas de produção e os atores envolvidos no primeiro elos da cadeia-rede produtiva da castanha-da-amazônia em Rondônia; b) descrever as características dos extratores e dos intermediários participantes das primeiras transações na cadeia-rede, bem com as organizações participantes que coordenam a cadeia produtiva da castanha em Rondônia, tais como as populações caboclas, os grupos familiares assentados, produtores isolados, compradores intermediários, cooperativas, associações, empresas (exportadoras e importadoras), ONGs, etc.; c) descrever e analisar as informações e as estratégias dos atores extratores da cadeia-rede para a comercialização da produção; d) analisar as características e formas de gestão da cadeia-rede para a formação de uma gestão sustentável da mesma; e, e) conceber estratégias de ação para o aprimoramento da gestão sustentável no primeiro elos da cadeia-rede da castanha, tendo em vista sua inserção nacional e internacional.

3 Referencial Teórico

As discussões e as ações em torno do desenvolvimento econômico e social das comunidades tradicionais vem, nos últimos anos, migrado de uma abordagem macro para uma análise setORIZADA que privilegia o local inserido no contexto global, segundo Cruz (2007). O território passa então a ser estudado como um *locus* de sociabilidade, onde diversos atores sociais se relacionam numa trama de interações que constroem um tecido social produtivo. Estes indivíduos, isolados ou em grupos associados, formam redes de atores econômicos, informais, comunitários e políticos, construindo, assim, o tecido social de um determinado território. Assim, a dinâmica da inter-relação entre esses atores passa a ser analisada de forma a contextualizar o desenvolvimento local sustentável inserido em realidades diversas (CRUZ, 2007).

Neste novo paradigma do desenvolvimento, é relevante o papel de empreendimentos econômicos que dinamizam as economias locais, gerando emprego e renda para as comunidades. Atualmente, algumas cadeias produtivas de produtos tradicionais têm se organizado neste sentido. Grupos e indivíduos isolados, cooperativas, associações, ONGs, e empresas se organizam em arranjos produtivos, aparecendo nas análises teóricas e empíricas como importantes estruturas organizacionais, que funcionam em cadeias ou redes e potencializam o desenvolvimento sustentável como uma estratégia de inserção nos mercados dos produtos ofertados por estas cadeias. Assim, o estudo da coletividade dos atores de uma rede ou cadeia produtiva oferece uma análise sistêmica de suas atividades e aprimora o conhecimento sobre a dinâmica funcional destas formas de organização produtiva (CRUZ, 2007).

A superação desse desafio requer inovações em termos de produtos, processos, mercados, insumos, informações e formas organizacionais. Nesta cadeia-rede, o desenvolvimento sustentável tem sido o elemento de superação desse desafio, caracterizando-se como um elemento central para a comercialização dos produtos pelos agentes da mesma.

Resta, no entanto, melhor compreender as estratégias adotadas pelos agentes na cadeia-rede, as informações disponíveis, assim como a racionalidade dos agentes e como se organizam, articulam para a coleta, comercialização e beneficiamento dos produtos dessas comunidades tanto da floresta como das várzeas, rios e lagos, tendo em vista a sazonalidade da produção e a dependência do ciclo da natureza e a inserção da produção no mercado nacional e internacional.

2.1 Mundos de Produção e a Visão Baseada em Recursos

A Teoria das Convenções, segundo Wilkinson (1999) com base em L. Thévenot e L. Boltanski diz que “toda ação, inclusive a ação supostamente atomista do mercado competitivo, justifica-se por referência a princípios comuns ou ‘bens comuns’ de níveis mais elevados, representados, por exemplo, no último caso, por uma aceitação comum da equivalência de preço dos bens negociados”. Afirma que a arena em que se forjou a noção de bem-estar adveio da filosofia política que justificam diferentes formas de ação coletiva. Partem da noção agostiniana de “cidade” “para descrever o surgimento histórico de diferentes formas de bem-estar como legítimo, também conhecido como *grandeurs* ou

“mundos”. Esses mundos também são identificados em seis princípios que são comuns a cada um dos mundos: a) humanidade comum – o princípio de não-exclusão, b) o princípio da diferença, c) o princípio de dignidade ou igual acesso, d) a existência de ordens de grandeza, e) a noção de investimento, através da qual a diferença é justificada pelo sacrifício ou esforço envolvido, f) a noção de bem-estar comum, implicando que todos se beneficiam de qualquer aumento em *grandeur*.

Quando uma determinada atividade produtiva (como o de uma matéria prima de floresta nativa) como a castanha-da-amazônia utiliza os recursos de uma determinada região gera externalidades positivas. Essa atividade produtiva passa a produzir uma visão diferenciada para o patrimônio do local. Este patrimônio passa a ser expresso então, pela conjugação das regras que qualificam e presidem o uso desses recursos para a sua manutenção. Assim parece importante verificar como e para que estão sendo acessados estes recursos para poder elaborar a sua gestão (WILKINSON, 1999).

Outro marco teórico que pode contribuir para elaboração de um conjunto de proposições a respeito das comunidades ribeirinhas é a Perspectiva Baseada em Recursos ou a Visão Baseada em Recursos – VBR. A forma como as empresas pensavam a estratégia até o final dos anos 80 praticamente referia-se a uma análise externa às organizações, na qual se defendia que o resultado da empresa estava condicionado ao seu posicionamento de mercado.

Após 1990, uma nova abordagem resgatava a necessidade da análise interna, sustentando que a vantagem competitiva se relacionava as diferenças internas entre as empresas. Esta análise ainda é considerada como a mais consistente para determinar vantagem competitiva entre empresas por ser baseada em seus recursos e capacidades. Assim, a vantagem pode ser obtida pelas diferenças internas entre as empresas em um mesmo segmento, até porque é difícil identificar uma oportunidade externa sem o conhecimento dos recursos necessários para explorá-la. Esta perspectiva preconiza que os recursos internos são os limites para a busca de oportunidades.

Barney (1991, 2002) é um dos autores mais citados na caracterização dos recursos estratégicos, geradores de diferencial competitivo para as organizações. Ele propõe que recursos geradores de vantagem competitiva devem atender a quatro condições básicas: 1) possuírem valor; 2) serem raros ou escassos; 3) serem difíceis de imitar; e 4) serem difíceis de substituir.

Contribuições dos principais autores dessa corrente teórica serão consideradas na análise das questões proposta na pesquisa, entre estas contribuições – nessa ordem - atenção especial para Wernerfelt (1984); Barney (2002, 1991); Peteraf (1993) e Foss (2003).

4 Procedimentos Metodológicos

Este estudo faz parte de uma pesquisa maior envolvendo 6 produtos da floresta de maior expressividade em Rondônia financiada pelo CNPq em cooperação com uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, denominado de “Casadinho”. A Equipe de Rondônia está representada por professores pesquisadores de 4 grupos que se ocupam da pesquisa na área das ciências sociais aplicadas na UNIR (Cedsa, GepAgro, GepOrg, CDR).

A pesquisa foi efetuada na perspectiva descritivo-analítica. Adotou-se a lógica abdução (CHARREIRE; DURIEUX, 2003), considerando que o estudo ocorreu a partir da teoria para o campo empírico e com procedimento de análise de retorno do campo para a teoria. Os resultados decorreram de uma construção a partir de interações entre campo teórico e campo empírico, em todo o período da pesquisa.

Para coleta dos dados secundários utilizou-se diversas fontes, como: banco de dados oficiais, dados gerados pelo Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), IBGE, IBAMA, SEDAM, ICMBio, Grupos de Pesquisas sobre a biodiversidade regional e outras instituições governamentais e não-governamentais, como também, associações de produtores e comunidades tradicionais.

O estudo traduz um olhar descritivo, onde a importância reside na apresentação clara da experiência, identificação dos atores envolvidos, funcionamento, e um olhar analítico buscando-se compreender a relação destas experiências com a estrutura socioeconômica e as políticas públicas em que se inserem. Aproveitou-se esta fase, para também observar as múltiplas dimensões, como gênero, o modo de vida e as questões ambientais dos segmentos pesquisados.

O Trabalho de campo incluiu, além das entrevistas aos produtores extrativista, intermediários e unidades de beneficiamento de castanha-da-amazônia, visitas as regiões produtoras, levantamentos documentais, conversas informais e outras formas de registros.

No quadro a seguir pode-se observar o período em que foram realizadas as pesquisas de campo, os segmentos, o número de variáveis, o número de entrevistas, e ainda os Municípios envolvidos na pesquisa. Ressalta-se que no Município de Porto Velho, insere-se também como espaço pesquisado a região do Médio e Baixo Rio Madeira, com uma expedição de 4 dias, com visitas a 8 comunidades, sendo uma, a do Lago do Cuniã onde localiza-se uma reserva biológica, mantida pelo ICMbio, como também, a pesquisa na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, no município de Guajará Mirim, além de outras reservas extrativistas no município de Machadinho D'Oeste.

A questão que orienta os esforços deste projeto de pesquisa é compreender as estratégias adotadas pelos agentes extratores, considerando a informação para a tomada de decisão na comercialização de castanha-da-amazônia, produtos extraídos das florestas de Rondônia, bem como a gestão da cadeia-rede, descrever como os agentes intermediários e extratores se articulam, assim como a racionalidade, a forma de organização, como os extratores se articulam para a coleta e comercialização da produção, assim como mapear as unidades de beneficiamento das amêndoas, tendo em vista o caráter sazonal da produção dependente do ciclo da natureza. O quadro 1 apresenta os dados gerais do levantamento de campo.

A seguir apresentam-se dados gerais do levantamento de campo.

Período Pesquisado	Segmento	Variáveis	Entrevistas	Municípios
2010	Consumidor	58	18	Porto Velho
2010	Indústria	150	13	P.Velho/Ariquemes/Ji-Paraná
2010	Intermediário	130	15	Porto Velho / Guajará-Mirim/ Presidente Medici
2010	Organizações	79	33	Porto Velho / Guajará Mirim/ Machadinho e Costa Marques
2010	Produtores	146	48	Porto Velho / Guajará Mirim/ Machadinho
2010	Varejo	158	18	Porto Velho / Guajará Mirim

Com a finalidade de fazer uma contribuição científica relevante e prática, esta questão de pesquisa visa ir além da descrição e análise do *status quo* para gerar proposições que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades que vivem em florestas públicas de uso comunitário como as comunidades caboclas

ribeirinhas, indígenas, extrativistas e de agricultores familiares assentados pelo Governo Federal em Rondônia.

Foram levantados os dados da rede de intermediários, a produção extrativista, as organizações de produtores, unidades de beneficiamento que processam a castanha e a rede de varejo da castanha.

4 Resultados e Discussões

4.1 Dados de produção extrativista

Os dados obtidos na amostra de produtores selecionada sobre a produção da castanha-da-amazônia em Rondônia na safra 2009-2010 apontou para uma produção de 23.045 kg. Essa produção está distribuída entre as comunidades no baixo rio Madeira, área essa situada entre a cidade de Porto Velho e o distrito de Calama, no limite com o estado do Amazonas. Um destaque para produção da reserva do Lago do Cuniã e da comunidade de Santa Catarina do Rio Madeira. O município de Porto Velho produziu 1.724 toneladas em 2009. As reservas extrativistas de Castanheira e Aquariquara no município de Machadinho do Oeste e a reserva extrativista do rio Ouro Preto situada em Guajará-Mirim apresentaram produção acima de 2.000 toneladas e todo o município cerca de 253 toneladas na safra de 2009. Outro destaque especial é a Região de Costa Marques que produziu em 2009 cerca de 68 toneladas. A produção total de Rondônia em 2009, segundo o IBGE foi de 2.195 toneladas e o Brasil, 37.647 toneladas.

4.2 Dados da Rede de Intermediários

Uma rede de agentes intermediários atua no primeiro elo da cadeia. Atores estes compreendidos por compradores de indústrias locais brasileiras e bolivianas como a Indústria Comércio Franco situada em Guajará-Mirim, Bolívia fronteira com o Brasil. Encontrou-se compradores de uma pequena indústria de beneficiamento denominada Indústria Uberabão na região de Costa Marques. Compradores que atuam nas feiras livres de porto Velho para venda direta ao Consumidor são bem atuantes nas áreas de produção, assim como compradores independentes de pequenas tendas de comércio de frutas,

situadas nas esquinas de rua na cidade de Porto velho. Estes agentes intermediários vão às regiões de produção, adquirem as amêndoas a preços bem baixos e comercializam diretamente para o consumidor.

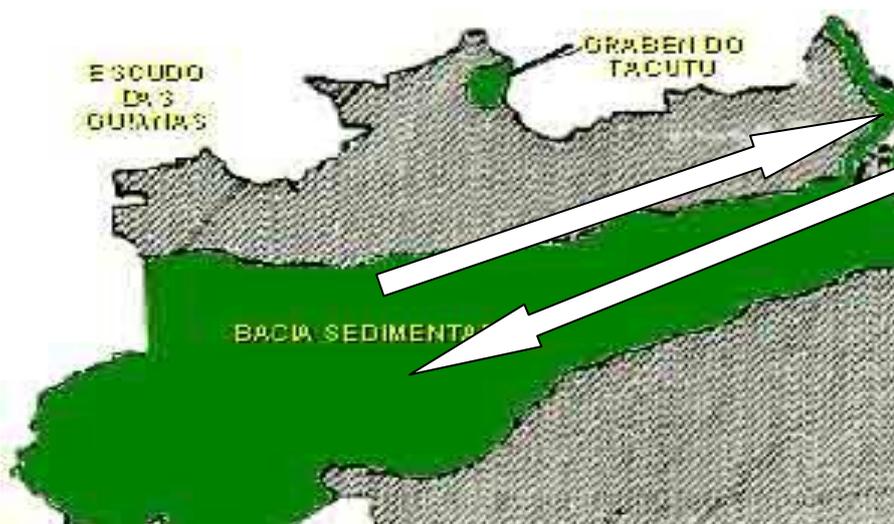
Em Porto Velho um comerciante que atua no processamento e comércio de polpa de açaí, o Sr Ivan, adquire o produto para revender para atacadistas do Centro Sul do Brasil. Além dos já descritos existem os caminhoneiros que adquirem as amêndoas ofertado nas estradas como carga de retorno, aproveitando os recursos ganho com o frete e chegando lá revendem para pequenas redes de supermercados no Centro Sul do País.

4.3 Rede de Varejo

Compreende os agentes que se posicional na ponta da rede fazendo a ligação final com o consumidor final. Essa rede abrange, desde pequenos, médios e grandes supermercados, como feiras livres, assim como pequenas unidades de fabricação de balas e doces, padarias e lanchonetes.

Outra questão refere-se à dinâmica dos fluxos comerciais que se inverteram a partir do início do terceiro milênio. Historicamente toda produção descia os rios até Manaus e Belém do Pará, hoje o fluxo se inverteu, subindo os rios, conforme figura 1.

Figura 1 – Fluxo de escoamento da castanha-da-amazônia.



4.4 Indústrias que Processam a Castanha-da-Amazônia

A figura 2 apresenta o fluxograma da cadeia da castanha-da-amazônia.

Existem várias unidades de processamento de castanha em Rondônia. Entre as que foram contactadas, pode-se relacionar: 1) Floresta Produtos Naturais Ltda. Esta indústria está situada em Ariquemes. Mantém estoque de cerca de 100 ton. para garantir matéria prima para processamento ao longo do ano. Adquire a produção de ribeirinhos, indígenas, coletores isolados, associação de extrativistas e de outras categorias de intermediários. O produto do seu processamento, a castanha sem casca desidratada é revendida para o comércio local e supermercados situados ao longo da BR 364. Uma indústria denominada de INOVAN introduziu nova tecnologia no seguimento da castanha. Seu produto final não se destina a alimentação humana e sim para a indústria química. Extrai o óleo que é comercializado com indústrias de cosméticos. Para manter a unidade funcionando a maior parte do ano, faz estoques de 80 ton. A DULLIM, Indústria tradicional situada em Porto Velho produção sorvetes de vários sabores e tem mercado inclusive no Acre e no Amazonas. Mantém estoques de 50 ton.

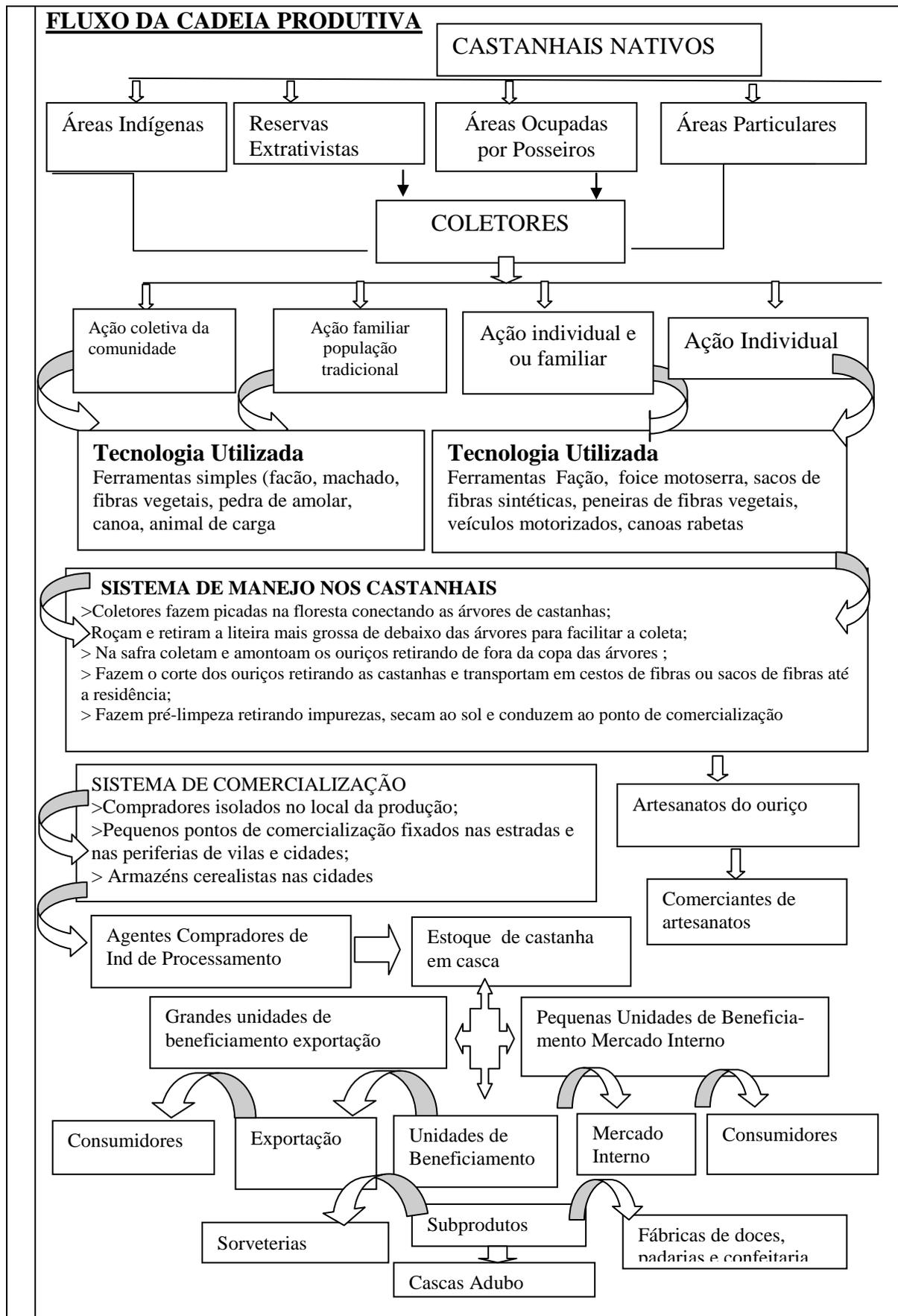


Figura 2- Fluxograma da cadeia-rede da castanha-da-amazônia.

A Farmácia BIOFÓRMULA utiliza a castanha na formulação de seu principal produto o Ginkobiloba, não especificou se faz estoque. A CUPU é uma indústria processadora de açaí e trabalha como intermediária comprando e vendendo castanha. Não mantém estoque. O que consegue comprar é revendido logo em seguida. Uma segunda indústria de sorvetes, a Sorveteria KAUE mantém pequeno estoque de 100 kg em média.

4.5 Organizações de Produtores

Representados por associações de produtores e moradores situados na região do Baixo rio Madeira, Reservas Rio Ouro Preto e associações de seringueiros de Machadinho do Oeste. Estas associações estimam um potencial de produção de cerca de 235.960 kg de castanha em casca, se fosse explorado todo o potencial das reservas extrativista existentes apenas nas áreas de abrangência de suas comunidades. Para toda a região de Rondônia a EMATER estima 300.000 kg. A Secretaria de Meio Ambiente - SEDAM estima um potencial de 120.000 kg e a Associação dos Seringueiros 270.000 kg de castanha em Casca.

5 Conclusão

O conhecimento gerado a partir dos resultados desta pesquisa poderá ser útil para o aprimoramento da gestão das organizações participantes nos diversos elos da Cadeia-rede Castanha-da-amazônia. Apesar do desmatamento em Rondônia verificou-se uma grande produção das amêndoas na região. Muitos atores integram o negócio. A literatura acerca do tema é recente, necessitando de aprimoramento conceitual e estudos empíricos contribuindo para a construção de uma sólida base teórica e empírica.

Resultados parciais apontam um cenário da existência de uma incipiente cadeia-rede de produção da castanha-da-amazônia, semelhante a praticada no início do século XX. Um mercado comprador centralizado em um reduzido número de beneficiadores e exportadores. Barcos primitivos, geralmente de madeira, são usados como meio de transporte do produto e a moeda de traça ainda se baseia no escambo.



A força de trabalho que ainda se ocupa da tarefa é constituída por pessoas com baixo nível de escolaridade com idade média acima de 50 anos de origem ou descendência do nordeste do Brasil. Os produtores extrativistas sobrevivem basicamente dos recursos da floresta e apoio do governo já se fazem notar entre os mais velhos com aposentadorias dos soldados da borracha e bolsa família. Uma decorrência positiva desse sistema de produção é a preservação da biodiversidade na floresta. Entretanto, desde o início do novo milênio, um fato novo surgiu no mercado, o fluxo do comércio da castanha se inverteu, em vez de descer os rios e suprir as indústrias instaladas em Manaus e Belém, passou a subir em direção as cabeceiras dos mesmos, aportando o produto nos territórios amazônicos da Bolívia e do Peru.

As amêndoas extraídas em Rondônia, Acre e sul do Amazonas estão sendo comercializadas com indústrias desses países e toda uma rede de intermediários foi construída ao logo desse período. Entretanto a racionalidade dos extratores parece não haver mudado ao longo de toda a história de exploração das amêndoas da castanheira, pelo que mostra este diagnóstico, ainda que parcial, embora aponte para perspectivas de valorização e grande inserção do produto em mercados mundiais. Uma questão que chama atenção é renovação da população nas áreas de produção de castanha-da-amazônia que se não forem adotadas políticas de atração para os descendentes ou novos atores, a atividade poderá se extinguir no longo prazo e a motivação econômica se direcionada para novos produtos.

Referências

BARNEY, J.B. *gaining and Sustaining Competitive Advantage*. New Jersey, Pearson. 2 ed. 2002.

BARNEY, J. B. Firm Resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, v. 17, n.1, p. 99-120, 1991.

CHARREIRE, Sandra. DURIEUX, Florence. Explorer et tester: deux voies pour La recherche, In: THIETART, Raymond Alain et Coll. (Org.). *Méthodes de recherche em management*. Paris:Dunod, 2003. P. 57-81.

CRUZ, B. Luciano. *Processo de formação de estratégias de desenvolvimento sustentável de grupos multifuncionais*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, PPGA, 2007.



EMATER-RO. Proater – Programa de Assistência Técnica e extensão Rural do Estado de Rondônia. Gerência de Planejamento e Informação – Gepin. **Principais produtos agrícolas dos municípios de Rondônia no ano de 2004**. 63p.

FOSS, N. KNUDSEN, T. The Resource Based Tangle: towards a sustainable explanation of competitive advantage. *Managerial and decision Economic*. Vol. 24, p. 291-307. 2003.

IBGE –Diretoria de Pesquisas/ Coordenação de Populações e Indicadores Sociais – revisão populacional 2004.

IBGE população estimada para 2005 – webmaster@ibge.gov.br – Acesso em 18/03/06

PETERAF, M. The cornerstones of competitive advantage: a resource-based review. *Strategic Management Journal*, Vol.14, n.3, p.179-191, 1993.

VERMEULEN, F. (2007) “I shall not remain insignificant: Adding a second loop to matter more,” *Academy of Management Journal*, 50 (4): 754-761.

WERNERFELT, B. A resource based view of the firm. *Strategic Management Journal*, v. 5, p. 171-180, 1984. Disponível em: <www.todafruta.com.br/todafruta/mostra_conteudo.asp?conteudo=9773> . Acesso em 1/3/2006.

WILLIAMSON, O.E. **Public and Private Bureaucracies: A Transaction Cost Economics Perspective**. In: *The Journal of Law, Economics & Organization*, Vol. 15, n° 1, p.306-342, 1999.